



HERCULES S/A – FÁBRICA DE TALHERES
Companhia Aberta
CNPJ 92.749.225/0001-63

Relatório da Administração
Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025

Prezados acionistas

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. Todas as informações estão expressas em Reais e elaboradas conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), tendo como base comparativa o exercício de 2024.

Mensagem da administração

O exercício de 2025 foi conduzido em um ambiente macroeconômico ainda desafiador, marcado por taxas de juros elevadas, maior seletividade na concessão de crédito e pressão sobre o custo de capital.

Ao longo do período, a Companhia apresentou evolução em sua receita e manteve trajetória consistente de desempenho operacional, apoiada no fortalecimento da marca, na expansão comercial e na ampliação do portfólio de produtos.

Nesse contexto, a Companhia registrou crescimento da receita líquida e manteve resultado positivo no exercício, mesmo diante do aumento das despesas financeiras no período, influenciado pelo nível ainda elevado da taxa Selic, refletindo sua capacidade de adaptação às condições de mercado e o foco contínuo em eficiência operacional e inovação.

Em linha com sua estratégia de sustentabilidade financeira, a Hercules avançou na execução do Acordo de Transação Tributária (TT) firmado com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), utilizando precatórios federais para amortização de débitos fiscais. Essa iniciativa reforça o compromisso da Companhia com a regularidade fiscal, contribui para a preservação do fluxo de caixa e fortalece a estrutura de capital.

A Administração reafirma seu compromisso com a criação de valor sustentável, a transparência na gestão e o fortalecimento contínuo da marca Hercules, mantendo o foco na inovação, na eficiência operacional e no equilíbrio financeiro para garantir resultados consistentes nos próximos períodos.

A Administração

Desempenho operacional – 2025



Desde 1936, a marca Hercules é referência em utensílios para culinária profissional e doméstica, com um portfólio que inclui panelas, facas, talheres, baixelas e acessórios para cozinha. Em 2025, a marca continuou a evolução de seus produtos, com destaque para a Linha Marine de panelas, focada em eficiência e qualidade. Foram lançadas também três novas coleções de talheres, cada uma com seu estilo único e foco em qualidade e funcionalidade. Linha Santorini, Montreal e Singapura. Essas novas linhas visam atender a diferentes gostos e necessidades, ampliando a oferta de talheres da marca para consumidores que buscam qualidade, design e versatilidade, além de agregar valor estético à mesa e à cozinha.

Além disso, a frigideira Chef reforça o posicionamento de alta qualidade, oferecendo desempenho superior para chefs e consumidores domésticos. Fabricada com materiais antiaderentes e resistentes, ela proporciona controle técnico no preparo de pratos, alinhando-se à tendência de utensílios multifuncionais e orientados à performance.

A marca seguiu a tendência de sustentabilidade, inovação tecnológica e multifuncionalidade, com materiais duráveis e de maior vida útil. Linhas já consolidadas, como a Studio, também receberam destaque em campanhas promocionais, reforçando a presença da Hercules no varejo especializado.

Assim, Hercules manteve seu compromisso com inovação, qualidade e sustentabilidade, apesar dos desafios no mercado.

No ano de 2025, a Hercules registrou receita líquida de R\$ 4,7 milhões, crescimento de 15% em relação aos R\$ 4,1 milhões apurados em 2024 demonstrando a consistência do desempenho operacional e a capacidade de adaptação da Companhia às dinâmicas do mercado.



Resultado financeiro

As receitas financeiras totalizaram R\$ 357 mil em 2025, comparadas a R\$ 339 mil em 2024, sendo compostas principalmente pela atualização dos direitos creditórios.

Em contrapartida, observou-se aumento nas despesas com juros de parcelamentos tributários, que cresceram 16%, passando de R\$ 2,77 milhões em 2024 para R\$ 3,22 milhões em 2025. Esse aumento reflete principalmente o encargo financeiro incidente sobre o saldo da dívida tributária, bem como a elevação da taxa Selic em relação ao exercício anterior, fatores que contribuíram para o aumento do custo da dívida no período.

Resultado financeiro (R\$ mil)	2025	2024	2023	Variação 25/24	Variação 25/23
Atualização de diretos creditórios	357	339	526	5,3%	(32,1%)
Outras despesas financeiras - atualização passivo tributário	(3.221)	(2.768)	(3.442)	16,4%	(6,4%)
Resultado financeiro	(2.864)	(2.429)	(2.916)	17,9%	(1,8%)

Resultado Líquido

O lucro líquido de 2025 demonstra uma performance positiva, apesar do impacto da alta da Selic sobre as despesas com juros da dívida tributária.

O lucro líquido de 2025 foi de R\$ 943 mil, representando um aumento de 30,4% em relação ao lucro de 2024, que foi de R\$ 723 mil.

A boa performance da receita líquida foi fundamental para esse crescimento do lucro líquido, compensando parcialmente o impacto da elevação da Selic sobre as despesas com juros da dívida tributária.

Esse aumento no lucro líquido reflete uma gestão eficiente, que conseguiu gerar mais lucro apesar dos custos mais altos com a dívida. A estabilidade ou crescimento da receita líquida, possivelmente impulsionada por outros fatores como aumento de vendas ou controle de custos, ajudou a empresa a alcançar esse resultado positivo.

Demonstrações de resultados - R\$ mil	2025	2024	2023	Variação 25/24	Variação 25/23
Receita líquida	4.722	4.118	3.778	14,7%	25,0%
Lucro bruto	4.722	4.118	3.778	14,7%	25,0%
Despesas operacionais	(584)	(629)	(1.602)	(7,2%)	(63,5%)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	4.138	3.489	2.176	18,6%	90,2%
Resultado financeiro líquido	(2.864)	(2.429)	(2.916)	17,9%	(1,8%)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.274	1.060	(740)	20,2%	(272,2%)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(331)	(337)	106	(1,8%)	(412,3%)
Resultado líquido do exercício	943	723	(634)	30,4%	(248,7%)

Passivo Tributário

A Companhia celebrou em fevereiro de 2023 acordo de Transação Individual com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), nos termos da Lei nº 13.988/2020 e da Portaria nº 6.757/2022, para parcelamento de débitos federais inscritos em dívida ativa, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 11 das demonstrações financeiras.

O acordo prevê a possibilidade de amortização antecipada de parcelas por meio da utilização de precatórios federais e venda de ativos, medida que contribui para antecipar a quitação de obrigações, manter a adimplência, preservar o caixa e fortalecer a disciplina financeira.

Auditoria independente – Instrução CVM 381/2003

A auditoria externa das demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi realizada pela Taticca Auditores Independentes S.S. Não foram contratados outros serviços dessa empresa, em conformidade com a Instrução CVM 381/2003, garantindo a independência dos trabalhos.



Hercules S.A - Fábrica de Talheres
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Ativo circulante			
Disponibilidades		12	14
Clientes	5	3.249	1.015
Outras contas a receber		<u>96</u>	<u>145</u>
Total ativo circulante		3.357	1.174
Ativo não circulante			
Outras contas a receber	6	-	514
Depósitos judiciais	8	198	1.414
Impostos diferidos		43	63
Direitos creditórios	7	8.851	8.476
Intangível	9	<u>142</u>	<u>142</u>
Total ativo não circulante		9.234	10.609
Total do Ativo		<u>12.591</u>	<u>11.783</u>
	Nota	2025	2024
Passivo circulante			
Fornecedores		16	14
Impostos e contribuições sociais	11	5.469	5.039
Outras contas a pagar		<u>-</u>	<u>7</u>
Total passivo circulante		5.485	5.060
Passivo não circulante			
Impostos e contribuições sociais	11	23.819	27.654
Partes relacionadas	10	6.517	3.368
Debêntures	12	324.582	324.582
Provisão para contingências	13	<u>2.074</u>	<u>1.948</u>
Total passivo não circulante		356.992	357.552
Patrimônio Líquido	14		
Capital social		22.809	22.809
Prejuízos acumulados		<u>(372.695)</u>	<u>(373.638)</u>
Total do patrimônio líquido		(349.886)	(350.829)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u>12.591</u>	<u>11.783</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



HERCULES S.A - Fábrica de Talheres

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	16	<u>4.722</u>	<u>4.118</u>
Lucro bruto		4.722	4.118
Despesas operacionais	17		
Gerais e administrativas		(458)	(365)
Outras despesas operacionais		<u>(126)</u>	<u>(264)</u>
		(584)	(629)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>4.138</u>	<u>3.489</u>
Resultado financeiro	18		
Receitas financeiras		357	339
Despesas financeiras		<u>(3.221)</u>	<u>(2.768)</u>
		(2.864)	(2.429)
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>1.274</u>	<u>1.060</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	19	(331)	(337)
Lucro líquido do exercício		<u>943</u>	<u>723</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



HERCULES S.A - Fábrica de Talheres

Demonstrações de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	<u>943</u>	<u>723</u>
Total dos resultados abrangentes	<u>943</u>	<u>723</u>
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	<u>943</u>	<u>723</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



HERCULES S.A FÁBRICA DE TALHERES

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Capital realizado atualizado			Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Correção monetária	Total		
Em 31 de dezembro de 2023	<u>15.300</u>	<u>7.509</u>	<u>22.809</u>	<u>(374.361)</u>	<u>(351.552)</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	723	723
Em 31 de dezembro de 2024	<u>15.300</u>	<u>7.509</u>	<u>22.809</u>	<u>(373.638)</u>	<u>(350.829)</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	943	943
Em 31 de dezembro de 2025	<u>15.300</u>	<u>7.509</u>	<u>22.809</u>	<u>(372.695)</u>	<u>(349.886)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Hercules S.A - Fábrica de Talheres
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Resultado líquido do exercício	943	723
Ajustes para reconciliar o resultado líquido do exercício		
Provisões de ativos e passivos	3.338	3.027
Atualização de direitos creditórios	(374)	(339)
Imposto de renda e contribuição social diferido	20	43
Total das despesas e receitas que não afetam o caixa	2.984	2.731
Caixa Gerado nas Operações	3.927	3.454
Variação nos saldos ativos e passivos		
(Aumento) redução de clientes	(2.234)	1.573
Redução (aumento) de outras contas a receber - circulante e não circulante	1.775	(16)
Aumento de fornecedores	2	4
(Redução) de impostos e contribuições	(6.614)	(3.504)
Aumento (Redução) de partes relacionadas	3.149	(1.484)
(Redução) de outras contas a pagar - circulante e não circulante	(7)	(14)
	(3.929)	(3.441)
Total da geração de caixa	(2)	13
Aumento ou (redução) de caixa ou equivalentes de caixa		
Saldo inicial de caixa ou equivalentes de caixa	14	1
Saldo final de caixa ou equivalentes de caixa	12	14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



HERCULES S.A - Fábrica de Talheres
Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Receitas	5.412	4.720
Venda de serviços	5.412	4.720
Insumos adquiridos de terceiros	(584)	(365)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(584)	(365)
Valor adicionado bruto	4.828	4.355
Outros	-	(264)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(20)	(43)
Receita financeiras	357	339
Valor adicionado a distribuir	5.165	4.387
Impostos, taxas e contribuições	1.001	896
Impostos federais	812	731
Impostos municipais	189	165
Remuneração de capitais de terceiros	3.221	2.768
Despesas financeiras	3.221	2.768
Remuneração de capital próprio	943	723
Lucro líquido do exercício	943	723
Distribuição de valores adicionados	5.165	4.387

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Hercules S.A. – Fábrica de Talheres

***Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)***

1. Contexto operacional

A Hercules S.A. – Fábrica de Talheres é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Tem por objeto a fabricação e comercialização de talheres e outros artigos de mesa para o uso doméstico e a importação e exportação destes produtos, inclusive matérias-primas e equipamentos, podendo, ainda, participar de outras sociedades.

Atualmente, a Companhia opera com o licenciamento da Marca “Hercules” para fabricação e distribuição de talheres e outros artigos de mesa para uso doméstico e profissional.

As ações da Hercules S.A. – Fábrica de Talheres são negociadas na bolsa de valores de São Paulo – B3 sob os tickets HETA3 e HETA4.

2. Contabilidade no pressuposto da continuidade operacional

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A Administração da Companhia, considerando o índice de liquidez corrente apresentado, reafirma sua capacidade de honrar as obrigações financeiras assumidas e destaca a implementação de medidas significativas para abordar os pontos detalhados nas Notas Explicativas 11 (Impostos e Contribuições - Transação Tributária) e 12 (Debêntures a pagar).

Nota Explicativa 11 Impostos e Contribuições e Transação Tributária

Em 24 de fevereiro de 2023, a Companhia firmou um Acordo de Transação Tributária com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), nos termos da Lei nº 13.988/2020 e da Portaria PGFN nº 6.757/2022. Esse acordo viabilizou o parcelamento de débitos fiscais com descontos de até 65% sobre encargos, além da utilização de créditos fiscais. O saldo remanescente foi parcelado em até 120 prestações mensais, corrigidas pela taxa SELIC.

Em conformidade com o acordado, a Companhia tem mantido a adimplência das parcelas e implementado estratégias como a aquisição de precatórios federais com deságio e a negociação para venda de ativos, com vistas à amortização das parcelas. Essas iniciativas visam preservar o fluxo de caixa e garantir a quitação da dívida tributária, em consonância com a política financeira estabelecida pela Administração.

Nota Explicativa 12 Debêntures a pagar

Em 13 de dezembro de 2013, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) que aprovou a emissão de debêntures da 2ª emissão privada, simples, não conversíveis em

ações, da espécie subordinada, em uma única série, no montante de R\$ 389.007, emitidas pelo valor nominal e subscritas integralmente pela Mundial S.A. Produtos de Consumo.

Paralelamente, a Administração vem concentrando esforços no reposicionamento da marca Hércules no mercado, utilizando uma distribuidora autorizada. As iniciativas incluem o lançamento de novos produtos, campanhas de marketing, fortalecimento no mercado de e-commerce e expansão para exportações. Esses esforços representam desafios estratégicos voltados à melhoria dos resultados operacionais e à geração de fluxo de caixa positivo, com o objetivo de sustentar os compromissos financeiros futuros.

A Administração entende ser plenamente capaz de honrar o acordo firmado com a PGFN (Nota Explicativa 11) e as debêntures a pagar (Nota Explicativa 12). Reconhece, no entanto, as dificuldades relacionadas à estrutura de capital e vem analisando alternativas para enfrentar os desafios mencionados. Apesar das adversidades, mantém plena confiança na continuidade operacional dos negócios da Companhia.

3. Base de preparação

a. Declaração de conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprovadas pela Administração da Companhia em 18 de março de 2026, e foram elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais do Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), incluindo pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela CVM e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

b. Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou a orientação técnica OCPC 7 (R1) e Resolução CVM nº 152/22, atendendo aos requerimentos mínimos e ao mesmo tempo afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas neste documento, e que correspondem às utilizadas por ela na gestão do negócio.

c. Base de mensuração

As informações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

d. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das práticas contábeis, que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 13 – Provisão para contingências; e
Nota explicativa 20 - Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos.

4. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas informações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos ou passivos financeiros em: i) custo amortizado e ii) valor justo por meio de resultado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e passivos nas características do fluxo de caixa contratual.

Custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado os ativos e passivos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: Contas a receber, fornecedores, debêntures e partes relacionadas.

Valor justo por meio do Resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: i) não se enquadram nos modelos de negócios para quais seria possível a classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado e iii) ativos financeiros que são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: caixas e equivalentes de caixa, outras contas a receber e direitos creditórios e outras contas a pagar.

ii. Mensuração

No reconhecimento inicial a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro. Para as contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será:

Custo amortizado

Esses ativos e passivos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício.

Redução ao valor recuperável

A Companhia reconhece para seus ativos e passivos classificados ao custo amortizado uma provisão referente a perda de crédito esperada, quando identificada.

Dentre os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável:

Nota explicativa 5 - Clientes

Nota explicativa 6 - Outras contas a receber

Nota explicativa 7 - Direitos creditórios

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

b. Ativo intangível

A Companhia reconhece um ativo intangível quando este puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, independentemente da intenção de uso pela entidade e que resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais cujos custos possam ser mensurados com confiabilidade e que seja provável que benefícios futuros sejam obtidos. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo deduzidos das perdas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A vida útil estimada de ativo intangível, marcas e patentes, para o exercício corrente e comparativo é indefinida.

A cada encerramento do exercício é revista a recuperabilidade dos mesmos e não demonstra indícios de provisão para recuperação a ser registrada.

c. Receita operacional

As receitas operacionais correspondem às receitas de royalties que representam um percentual auferido sobre as vendas efetuadas pelo representante autorizado a comercializar suas marcas. A receita é reconhecida ao valor líquido conforme estabelecido em cláusulas contratuais.

d. Despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem despesas com atualização do passivo tributário.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos no resultado.

f. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, nos exercícios apresentados, nos termos da NBC TG 41 – Resultado por ação.

g. Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos da NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das

informações financeiras conforme Normas Brasileiras de Contabilidade aplicável às companhias abertas.

h. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As emissões/alterações de normas International Accounting Standards Board (“IFRS”) efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2025 não tiveram impactos nas Informações Financeiras da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais têm sua adoção para o exercício de 2026 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Informações Financeiras da adoção destas normas:

- Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7 – Alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Informações Financeiras.

- Melhorias anuais nas normas IFRS. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7, abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9, abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10, abordando a determinação do “de facto agent” e IAS 7, abordando aspectos relacionados ao método de custo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Informações Financeiras.

§ CPC 51 / IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, a norma internacional IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements introduz novos requisitos para a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, com foco na melhoria da comparabilidade e transparência das informações, especialmente na Demonstração do Resultado.

Entre as principais mudanças, destacam-se a segregação das receitas e despesas entre as categorias operacional, de investimento e de financiamento, a introdução de novos subtotais na demonstração do resultado e requisitos adicionais de divulgação relacionados às medidas de desempenho definidas pela administração (Management Performance Measures – MPM).

A Companhia está em processo de avaliação preliminar dos impactos da adoção dessa norma. Com base nas análises realizadas até o momento, espera-se que as mudanças afetem principalmente a apresentação e divulgação das informações nas demonstrações financeiras, sem impactos no lucro líquido da Companhia.

§ Emissão da norma IFRS 19 – Controladas sem obrigação legal de divulgação. Estabelece requerimentos de divulgação simplificados para as demonstrações contábeis individuais de entidades elegíveis para a aplicação desta norma. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Informações Financeiras.

§ Reforma Tributária sobre consumo

A Reforma Tributária sobre o consumo foi instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023, estabelecendo um modelo de IVA dual, composto pela Contribuição sobre

Bens e Serviços (CBS), de competência federal, em substituição ao PIS e à COFINS, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal, em substituição ao ICMS e ao ISS, além da criação do Imposto Seletivo, de competência federal.

Considerando a relevância e a complexidade das mudanças introduzidas pela nova legislação, a Companhia iniciou de forma antecipada o processo de preparação para a implementação da reforma. Nesse contexto, foram realizadas adequações em processos internos e sistemas, com foco na adaptação aos novos tributos e aos respectivos documentos fiscais. Durante o exercício de 2025, foram ajustados os processos relacionados às obrigações cuja vigência terá início a partir de 2026, conforme cronograma de implementação da reforma.

À medida que os efeitos financeiros e operacionais da reforma tributária se tornarem aplicáveis, eles serão devidamente refletidos e divulgados nas demonstrações financeiras da Companhia.

Nas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2025, não houve impactos decorrentes da reforma tributária, uma vez que os tributos continuaram sendo apurados de acordo com a legislação vigente. Os primeiros efeitos contábeis relevantes são esperados a partir de 1º de janeiro de 2027, conforme o cronograma de transição previsto na legislação.

§ IFRS S1 e IFRS S2 – Divulgação de Informações sobre Sustentabilidade

Em julho de 2025, em atendimento à Resolução CVM nº 193/2023, posteriormente complementada pelas Resoluções CVM nº 217, 218 e 219/2024 e nº 227/2025, a Companhia iniciou o processo de mapeamento e levantamento das informações necessárias para atendimento aos requisitos de divulgação previstos nos pronunciamentos IFRS S1 e IFRS S2.

As primeiras divulgações deverão contemplar as informações referentes ao exercício de 2026, a serem apresentadas a partir de 2027, conforme o cronograma estabelecido pela regulamentação aplicável.

Com base nas avaliações preliminares realizadas até o momento, não são esperados impactos relevantes nas demonstrações financeiras ou no balanço patrimonial da Companhia, considerando que os pronunciamentos tratam principalmente de requisitos de divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade.

5. Clientes

O saldo de R\$ 3.249 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.015 em 31 de dezembro de 2024) corresponde à receita com royalties a receber por licenciamento da marca e possui a seguinte composição por idade de vencimento:

O saldo de clientes a vencer possui a seguinte composição por idade de vencimento:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
A vencer até 30 dias	2.284	132
A vencer entre 31 e 90 dias	965	883
	<u>3.249</u>	<u>1.015</u>

6. Outras contas a receber de longo prazo

A Companhia celebrou contrato de cessão de créditos com a Mundial S/A Produtos de Consumo, por meio do qual transferiu os recebíveis relacionados à devolução do empréstimo compulsório em favor da Eletrobrás S/A. Em decorrência da operação, não há saldo registrado no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 514 em 31 de dezembro 2024).

7. Direitos creditórios

O saldo de R\$ 8.851 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 8.476 em 31 de dezembro de 2024) atualizados mensalmente pelo IPCA-E, refere-se aos direitos creditórios adquiridos em 2014 por meio de contrato de cessão, oriundos de processo judicial, cuja sentença procedente determinou o pagamento de indenização às usinas de álcool e açúcar em razão da prática de intervenção do governo sobre a formação dos preços praticados nas vendas, no montante de R\$ 4.300, com deságio já registrado no resultado e tributado.

Os referidos Direitos Creditórios são analisados periodicamente por advogados externos da Companhia, que apresentam parecer provável de realização, bem como a possibilidade factível de utilização de Direitos Creditórios da Companhia para quitação de eventual passivo em aberto.

8. Depósitos judiciais

O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 198 (R\$ 1.414 em 31 de dezembro 2024), no ativo não circulante, refere-se a depósitos judiciais tributários. Os valores de depósitos judiciais estão atrelados a nota explicativa 11, item “a”, e serão convertidos, no momento oportuno, em redução deste passivo.

9. Intangível

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o saldo do intangível é de R\$ 142, o qual refere-se ao custo de registro e manutenção das marcas e patentes da Companhia nos órgãos competentes.

10. Partes relacionadas

Os saldos passivos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre empresas relacionadas, sem remuneração e com vencimentos indeterminados.

Em 13 de dezembro de 2013 a Companhia emitiu debêntures no montante de R\$ 389.007, hoje com saldo de R\$ 324.582, que foram subscritas no seu total à vista pelo saldo decorrente da conta corrente existente entre a Companhia e a Mundial S.A, conforme descrito na nota explicativa 12.

As transações comerciais ou contratações de serviços são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes relacionadas.

Os impactos das transações entre partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Mundial S.A.	Mundial Distribuidora	Bellini S.A.	Total
Saldo em 31/12/25				
Clientes	-	3.249	-	3.249
Debêntures	324.582	-	-	324.582
Saldo passivo	3.551	-	2.966	6.517
Saldo em 31/12/24				
Clientes	-	1.015	-	1.015
Debêntures	324.582	-	-	324.582
Saldo passivo	402	-	2.966	3.368

Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores, em 31 de dezembro de 2025 foi no montante de R\$ 194 e (R\$ 143 em 31 de dezembro de 2024). Conforme aprovado na AGO de 29 de abril de 2025.

11. Impostos e contribuições sociais

O passivo tributário da Companhia possui a seguinte composição:

	2025	2024
Parcelamento Lei nº 13.988/2020 e Portaria nº 6.757/2022 (a)	29.197	32.514
Outros gerados no mês	91	179
	29.288	32.693
Passivo circulante	5.469	5.039
Passivo não circulante	23.819	27.654
	29.288	32.693

O parcelamento possui a seguinte composição de vencimentos

2026	5.378
2027	5.443
2028	3.850
2029	3.299
2030 a 2033	11.227
	29.197

a. Parcelamento Transação Lei nº 13.988/2020 e Portaria nº 6.757/2022

Em 24 de fevereiro de 2023, a Companhia firmou um Acordo de Transação Tributária com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), nos termos da Lei nº 13.988/2020 e da Portaria PGFN nº 6.757/2022, abrangendo débitos federais, tanto previdenciários quanto não previdenciários.

Conforme previsto no acordo, sobre o montante total indicado foram aplicadas reduções de até 65% nas multas, juros e honorários advocatícios, além da utilização de prejuízo fiscal e base negativa até o limite de 70% do saldo remanescente. O valor final foi parcelado em duas modalidades, cujos efeitos estão demonstrados a seguir.

Composição	Demais débitos	Previdenciário	Total
Montante parcelado	167.750	145.919	313.669
Descontos previstos em lei	(108.912)	(94.847)	(203.759)
Utilização de créditos - PF BN	(40.208)	(35.751)	(75.959)
Total parcelado	18.630	15.321	33.951
Juros do período	4.322	3.950	8.272
Pagamentos efetuados	(3.356)	(9.670)	(13.026)
Saldo em 31/12/25	19.596	9.601	29.197

Modalidade: Demais débitos

O saldo de R\$ 19.597 corresponde a 99 parcelas restantes de um parcelamento total de 120 parcelas, que serão pagas com valor aproximado da seguinte forma:

- 28 parcelas de R\$ 112
- 60 parcelas de R\$ 274.

Modalidade: Previdenciária

O parcelamento total foi realizado em 60 parcelas. O saldo devedor atual de R\$ 9.601, corresponde a 28 parcelas restantes, com valor mensal aproximado de R\$ 343,

Os valores de ambas as modalidades são corrigidos mensalmente conforme a variação da taxa SELIC.

a.1) Recomposição do Parcelamento da Transação Tributária (TT)

Em 24 de fevereiro de 2023, a Companhia celebrou Acordo de Transação Tributária com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), nos termos da legislação aplicável. Conforme previsto no referido acordo, a PGFN pode aplicar, no âmbito da transação tributária, valores provenientes da venda de imóveis, ativos e outros direitos, desde que tais operações sejam previamente formalizadas e acordadas com o órgão.

Os valores, atualmente retidos, serão destinados exclusivamente para:

- (i) amortização da dívida objeto da transação tributária; ou
- (ii) aquisição de precatórios federais, que, por sua vez, serão igualmente utilizados para a amortização de parcelas vincendas, em ordem crescente, perante a PGFN.

A destinação dos valores à transação e o efetivo abatimento da dívida ocorrem em períodos distintos, em razão dos trâmites administrativos e processuais necessários à homologação e à aplicação dos recursos pela PGFN.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía o montante de R\$ 4.727 em valores já destinados, porém ainda não aplicados pela PGFN. Esse valor é oriundo basicamente de precatórios, que será aplicado no decorrer do exercício em curso.

Considerando os valores já aportados, mas ainda não reconhecidos pela PGFN, o saldo reconstituído do parcelamento referente à Transação Tributária (TT), em 31 de dezembro de 2025, refletindo a recomposição do montante a ser efetivamente conciliado nos registros contábeis, está demonstrado a seguir:

	<u>dez/25</u>
Total da dívida	33.924
Valores destinados	<u>4.727</u>
Saldo em 2025	<u>29.197</u>

12. Debêntures a pagar

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo das debêntures a pagar é de R\$ 324.582. Essas referidas debêntures foram emitidas em 13 de dezembro de 2013.

Em 13 de dezembro de 2013, deu-se a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou a emissão de debêntures de 2ª emissão privada, simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em uma única série no montante de R\$ 389.007, pelo valor nominal à vista, que foram subscritas integralmente pela Mundial S.A – Produtos de Consumo, por meio da utilização de crédito da Mundial junto a Hercules, decorrente de saldo por mútuo e conta corrente entre as companhias, cujo início de formação remonta a 1988. Na data da subscrição, os referidos créditos não contavam com garantias, nem estavam expressos em documentos qualificáveis como títulos executivos.

As debêntures são perpétuas e somente ocorrerá o seu vencimento, de sua quitação integral, em caso da dissolução da emissora, ou, antecipadamente se a emissora descumprir qualquer das obrigações estabelecidas na escritura de emissão.

O valor nominal das debêntures, sobre o qual não incidirá correção monetária, será pago em espécie e (i) amortizado anualmente, com base no fluxo de caixa operacional livre do período social vencido, nos 10 primeiros dias úteis após a divulgação das informações financeiras da Emissora, em qualquer das formas previstas no Art. 133 da lei nº 6.404/76, obrigatoriamente, e (II) amortizado trimestralmente caso haja fluxo de caixa operacional livre positivo, nos 10 primeiros dias úteis após a divulgação das informações financeiras da emissora do trimestre imediatamente anterior, em qualquer das formas previstas no Art. 133 da lei nº 6.404/76, e, de forma não obrigatória e a exclusivo critério da Emissora, e por ocasião do vencimento final ou do vencimento antecipado, até 10º dia útil posterior ao evento.

A Companhia oferece como garantia o penhor da Marca de sua titularidade para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas.

Os montantes utilizados na subscrição foram acumulados entre 1988 e 2012 e não contavam com garantias, nem estavam expressos em documentos qualificáveis como títulos executivos. A emissão das debêntures, mediante utilização dos créditos de mútuo e conta corrente, ocorreu em 2013. Em novembro de 2014, a Companhia amortizou R\$ 84.369 do saldo das debêntures mediante transferência de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social de sua titularidade para utilização no parcelamento da Lei nº 13.043/14. Em novembro de 2017, a Companhia aderiu ao parcelamento Lei nº 13.496/2017, levando à reversão de parte dos prejuízos fiscais e base negativa anteriormente utilizados na amortização das debêntures, no montante de R\$ 19.944. Assim, o valor total amortizado pela Emissora foi de R\$ 64.425.

Em 13 de dezembro de 2013, exercício em que se deu o ato de emissão das Debêntures com créditos de mútuo e conta corrente, o valor destas alcançava R\$ 389.007, permanecendo o mesmo valor em 31 de dezembro de 2013. No encerramento de 31 de dezembro 2025, o saldo era de R\$ 324.582. A Companhia acompanha e revisa laudo de capacidade de pagamento das debêntures subscritas em 2013, através de laudos periódicos de capacidade de pagamento elaborados por consultoria externa independente a partir de projeções e estimativas, bem como por laudos de avaliação do valor da Marca, também revisados periodicamente. Nesse sentido, a consultoria independente avaliou que, em 31 de dezembro de 2025, o valor da Marca Hercules correspondia a R\$ 242.977.

13. Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisa as demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas constitui provisão.

O saldo em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 2.074 (R\$ 1.948 em 31 de dezembro de 2024) é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações cíveis em curso.

14. Patrimônio líquido a descoberto

Capital social

O capital social de R\$ 15.300, excluía a correção monetária de R\$ 7.509, está dividido em 171.198 ações ordinárias e 338.801 ações preferenciais, todas sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado, anualmente, distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 30% do lucro líquido ajustado. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam da prioridade do direito ao recebimento de um dividendo mínimo de 6% ao ano sobre o capital social.

O capital social poderá ser aumentado, independente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho Administrativo sobre subscrição de ações públicas ou particular, observando o limite de 50.597.929 ações ordinárias nominativas e 101.195.858 ações preferenciais nominativas.

i. Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

ii. Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação pelos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto, quando destinados são reconhecidos como passivo.

15. Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício o atribuível aos acionistas da Companhia no exercício e a respectiva quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste exercício, comparativamente com o mesmo exercício de 2024 conforme o quadro abaixo:

	2025	2024
Resultado líquido do exercício	943	723
Média do período de ações ordinárias	171.198	171.198
Média do período de ações preferenciais	338.801	338.801
Resultado por ação ordinária básico e diluído	1,8490	1,4176
Resultado por ação preferencial básico e diluído	1,8490	1,4176

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia apresenta o resultado por ação diluído em mesmo montante que o cálculo básico, pois não existem instrumentos financeiros com direito a conversibilidade em ações e suas ações ordinárias e preferenciais não possuem distinção na participação dos lucros.

16. Receita operacional líquida

Conciliação da receita bruta e líquida, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	2025	2024
Receita bruta de serviços	5.412	4.720
Impostos sobre serviços	(690)	(602)
Receita operacional líquida	4.722	4.118

17. Despesas por natureza

	2025	2024
Receitas e despesas por função		
Despesas administrativas	(458)	(365)
Outra receitas e despesas operacionais	(126)	(264)
	(584)	(629)
Despesas por natureza		
Serviços contratados com terceiros	(437)	(365)
Atualização reclamações cível trabalhista	(126)	(264)
Outras despesas operacionais	(21)	-
	(584)	(629)

18. Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Atualização de diretos creditórios	357	339
	357	339
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(4)	(6)
Outras despesas financeiras - atualização passivo tributário	(3.217)	(2.762)
	(3.221)	(2.768)
Resultado financeiro líquido	(2.864)	(2.429)

19. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas oficiais e são demonstrados como segue:

	2025	2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	1.274	1.060
Outras adições e exclusões permanentes e temporárias, líquidas	133	252
(-) Compensação de 30% dos prejuízos fiscais e base negativa de	(422)	(394)
Base de cálculo	985	918
Imposto de renda 15%	(148)	(138)
Adicional de 10%	(74)	(74)
Contribuição social 9%	(89)	(83)
Total	(311)	(294)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(20)	(43)
Total	(331)	(337)
Alíquota efetiva do imposto	24%	28%

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social de R\$ 104.049. Com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% imposto de renda e de 9% de contribuição social sobre o lucro tributável, o valor do crédito de imposto de renda e de contribuição é de R\$ 26.012 e R\$ 10.527, respectivamente, somando um montante de R\$ 36.539.

Estes valores serão reconhecidos à medida que seja provável de sua realização.

20. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Análise dos instrumentos financeiros

A avaliação dos ativos e passivos financeiros da Companhia em relação aos valores justos de mercado foi efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b. Categorias e mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Os principais ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados a custo de amortizado e valor justo por meio de resultado, estão demonstrados abaixo:

Custo amortizado	Valor contábil		Valor justo	
	2025	2024	2025	2024
Clientes	3.249	1.015	3.249	1.015
Fornecedores	16	14	16	14
Debêntures	324.582	324.582	324.582	324.582
Partes relacionadas passivas	6.517	3.368	6.517	3.368

Valor justo por meio de resultado	Valor contábil		Valor justo	
	2025	2024	2025	2024
Outras contas a receber	96	659	96	659
Direitos creditórios	8.851	8.476	8.851	8.476
Outras contas a pagar	-	7	-	7

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros são incluídos no valor pelo qual os instrumentos poderiam ser trocados em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo: Contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm atualização monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

c. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são conduzidas pela área financeira, de acordo com uma estratégia conservadora previamente aprovada pela Diretoria e pelos acionistas, visando segurança, rentabilidade e liquidez.

Os critérios para a seleção de instituições financeiras observam parâmetros que consideram a estrutura, o custo e o prazo das operações cotadas.

i. Risco de moeda com variações cambiais

A Companhia não tem exposição relevante ao risco de variação em moeda estrangeira.

ii. Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que expõem a Companhia a riscos de crédito referem-se às contas a receber. Todas as operações são realizadas com instituições financeiras de reconhecida liquidez, o que contribui para a mitigação desses riscos. Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o saldo de contas a receber de clientes correspondia a R\$ 3.249 e R\$ 1.015, respectivamente.

iii. Risco de liquidez

Representa o risco de a Companhia enfrentar escassez de recursos e dificuldade para honrar suas obrigações. Para mitigar esse risco, a Companhia procura alinhar o vencimento de suas dívidas aos exercícios de geração de caixa, evitando descasamentos que possam resultar na necessidade de maior alavancagem.

21. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros contratada pela parte relacionada Mundial S/A é composta por R\$ 28.208 para responsabilidade civil e R\$ 89.419 para danos materiais. Tais apólices são corporativas e englobam também os riscos relacionados à Hercules S.A. - Fábrica de Talheres.

* * * * *

Conselho de Administração

Adolpho Vaz de Arruda Neto – Presidente
Wilson Vieira de Britto – Vice-Presidente
Marcelo Freitas Pereira – Conselheiro
Francisco Asclepio Barroso Aguiar – Conselheiro
Gilberto Alves Mendes - Conselheiro

Diretoria

Michael Lenn Ceitlin – Diretor Superintendente
Marcelo Fagundes de Freitas – Diretor e Diretor de Relações com Investidores
Julio Cesar Camara – Diretor
Luciano Daniel Nunes - Diretor

Ivanês Grison Souto
TC–CRC-RS 084547/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Hercules S.A. – Fábrica de Talheres
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Hercules S.A. – Fábrica de Talheres (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hercules S.A. – Fábrica de Talheres em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 02, na qual, em contraponto ao passivo a descoberto de R\$ 349.886 mil (R\$ 350.829 mil em 2024) e a deficiência de capital de giro apresentados em 31 de dezembro de 2025, a Companhia menciona que as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas operações e divulga os planos da administração para cumprir suas obrigações de pagamento do passivo tributário e debêntures a pagar, divulgados nas notas explicativas nº 11 e nº 12. A continuidade normal dos negócios da Companhia depende do sucesso das medidas implementadas por seus administradores, bem como da manutenção de condição de permanência nos programas de parcelamentos ativos. Assim sendo, o conjunto das demonstrações financeiras deve ser lido considerando esse contexto. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Passivo tributário – Parcelamentos

Conforme descrito na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras, a Companhia firmou acordo em 24 de fevereiro de 2023, de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, nos termos da Lei nº 13.988/2020 e da Portaria PGFN nº 6.757/2022, tendo por objeto o parcelamento de um conjunto de

débitos fiscais relacionados no acordo, os quais totalizam o montante de R\$ 29.197 mil ao final de 31 de dezembro de 2025 (R\$ 32.514 mil em 2024). Para registro, a Companhia vem cumprindo com as obrigações estabelecidas na referida transação. O não cumprimento das regras estabelecidas na transação, pode resultar em uma possível exclusão dos parcelamentos, com consequente recomposição dos saldos, acrescidos de juros e multas definidos nas obrigações originais.

Devido à relevância dos valores envolvidos, bem como dos possíveis efeitos que poderiam advir do não cumprimento das regras estabelecidas e impactar as demonstrações financeiras da Companhia, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Avaliamos as bases tributárias utilizadas e a documentação comprobatória referente aos lançamentos efetuados, bem como a adequação dos lançamentos com as normas contábeis vigentes no Brasil. Verificamos a confirmação do acordo da transação junto a PGFN e validamos os valores registrados conforme dívida pactuada com o órgão. Avaliamos as conciliações entre os saldos contábeis registrados com as planilhas de apuração e documentos pertinentes à apuração e avaliamos a mensuração dos valores divulgados tendo por base as políticas contábeis aplicadas pela Companhia e comparamos com as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.

Baseados nos procedimentos, consideramos adequados os registros contábeis efetuados e as informações divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia sobre as obrigações tributárias parceladas.

Debêntures a pagar

A Companhia possui debêntures perpétuas a pagar para empresa relacionada Mundial S.A.- Produtos de Consumo (Credora) no montante de R\$ 324.582 mil, conforme descrito na nota explicativa nº 12, cuja realização depende da continuidade do atual plano de reestruturação implementado pela sua administração. Os valores estão demonstrados no passivo não circulante, com vencimento somente em caso de dissolução da emissora. Em garantia das debêntures foi dada a marca “Hercules”, para a qual a Companhia efetua periodicamente a remensuração do valor justo, por empresa independente, suportado por estimativas de rentabilidade futura preparadas com base em dados e premissas mercadológicas, tais como taxas de crescimento, taxas de desconto e projeções de fluxos de caixa. Devido à relevância dos valores envolvidos, bem como das possíveis alterações das estimativas e premissas adotadas para determinar a sua recuperabilidade, e pelo potencial impacto que

essas alterações poderiam impactar as demonstrações financeiras da Companhia, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Avaliamos os controles internos da Companhia em relação ao teste anual da redução ao valor recuperável (teste de impairment) e os principais critérios aplicados para análise da recuperabilidade das debêntures e a mensuração do valor justo da marca Hercules, suportada pelo laudo emitido por especialista externo. Para confirmar os montantes recebemos o laudo e corroboramos com estimativas das taxas futuras de crescimento do segmento e taxas de mercado e consideramos sua capacidade de produzir previsões precisas de longo prazo.

Entendemos que o registro foi reconhecido e divulgado segundo as regras contábeis vigentes e de acordo com as premissas determinadas pelos especialistas externos da administração.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta

as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 20 de março de 2026.

Luiz Fernando Silva Soares
Contador – CRCRS nº 33.964
TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC RS nº 009308/F
CVM 12.220



Hercules S/A – Fábrica de Talheres

Companhia Aberta

CNPJ 92.749.225/0001-63

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025.

Em conformidade com os incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 586/2017, e em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os Diretores da Hercules S.A. – Fábrica de Talheres, declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. Autorizando sua conclusão nesta data.

São Paulo, 20 de março 2026.

Michael Lenn Ceitlin
Diretor Superintendente

Marcelo Fagundes de Freitas
Diretor e DRI

Julio Cesar Camara
Diretor

Luciano Daniel Nunes
Diretor



Hercules S/A – Fábrica de Talheres

Companhia Aberta

CNPJ 92.749.225/0001-63

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES.

Para fins do disposto no inciso V e VI do artigo 25 Instrução da CVM nº 586/2017, os Diretores da Hercules S.A – Fábrica de Talheres, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes pela TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S, relativo às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 20 de março de 2026.

Michael Lenn Ceitlin
Diretor Superintendente

Marcelo Fagundes de Freitas
Diretor e DRI

Julio Cesar Camara
Diretor

Luciano Daniel Nunes
Diretor